

RELATÓRIO E CONTAS 2021



Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2021.....	1
1. Relatório de Gestão	3
1.1. Apreciação global da gestão.....	3
1.2. Análise Económico Financeira	6
1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício.....	7
1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais.....	7
1.5. Proposta de aplicação de resultados	8
1.6. Perspetivas futuras.....	8
1.7. Encerramento.....	9
2. Balanço	10
3. Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	11
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	12
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
6. Identificação da Entidade.....	15
6.1. Órgãos Sociais	15
7. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	16
7.1. Referencial Contabilístico	16
7.2. Principais Políticas Contabilísticas	18
7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	24
7.4. Outras Informações	25
7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	31
8. Certificação Legal das Contas	33
9. Parecer do Fiscal Único	37
10. Ata do Conselho de Administração.....	38
11. Ata do Conselho Superior	39



1. Relatório de Gestão

Nos termos das disposições estatutárias, vem a Administração da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS** (doravante designada por Fundação) apresentar o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Fundação tem como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

1.1. Apreciação global da gestão

1.1.1. Atividade da Fundação

O ano de 2021, apesar de todas as condicionantes associadas ao surto pandémico provocado pelo SARS CoV-2, não foi impeditivo de que a Fundação Amadeu Dias prosseguisse as suas linhas de atuação, quer no que reporta à gestão e rentabilização dos seus ativos patrimoniais e financeiros, quer na vertente da prossecução dos seus fins estatutários, e sempre salvaguardando o seu património institucional.

Por despacho nº 3133/2021, de 17.03, publicado no DR. II, nº 58, de 24.03.2021, proferido pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, foi renovado o estatuto de utilidade pública da Fundação Amadeu Dias, por mais cinco anos a partir da data da sua publicação, produzindo efeitos desde maio de 2018.

1.1.2. Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos e tendo em conta as atividades mencionadas no parágrafo anterior, no ano de 2021 a Fundação não teve qualquer efetivo nos seus quadros,



não havendo qualquer despesa com o pessoal e administração, cumprindo-se assim o disposto na alínea a) do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações.

Neste enquadramento estão criadas condições organizativas mínimas para o funcionamento no próximo ano 2022 no sentido do preconizado pelos instituidores.

1.1.3. Apoios concedidos

Decorrente da sua política de atuação, a aplicação de fundos nas atividades fundacionais da Fundação é efetuada de molde a permitir que os custos com recursos humanos e administrativos de gestão dos diversos programas apoiados sejam limitados ao mínimo, pelo que a fundação atua predominantemente com base em protocolos de colaboração com outras instituições.

Assim, para o ano de 2021, e na estrita observância dos protocolos de colaboração anteriormente firmados e em execução, foi concedido ao abrigo da Lei do Mecenato, os seguintes donativos:

- a) à Universidade do Porto, a verba de €70.000,00 (setenta mil euros), para fomento de atividades de caráter educacional e científico, no âmbito da inovação e do empreendedorismo, bem como, ainda, da solidariedade social no universo da UP;
- b) à SPECO- Sociedade Portuguesa de Ecologia, a verba de €6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), para apoio do Prémio de Doutoramento em Ecologia FAD para o ano de 2021.

Foi ainda apoiado o Centro Português de Geo-História e Pré-História no valor de €1.200,00 (mil e duzentos euros), dando continuidade ao apoio à investigação nas áreas da Paleobotânica e da Palinologia.



1.1.4. Meios Financeiros

Decorrente do contrato de locação financeira celebrado em 20/05/2011 com o Banco Espírito Santo, atualmente Novo Banco S.A., exerceu a fundação, no final do contrato, a opção de compra das frações autónomas designadas pelas letras "G", "H", "I", "J", "L", "M", "N", "O", "P", "R" e "S" (onze frações), do prédio urbano situado na Rua do Sol Nascente, nº 7 (anteriormente Quinta da Bela Vista, Lote nove), freguesia de Frielas, concelho de Loures.

Posteriormente, e ainda no decorrer de 2021, a Fundação Amadeu Dias, no âmbito da rentabilização dos seus ativos imobiliários, alienou deste mesmo prédio urbano, a fração "G" pelo valor de venda de €475.000,00 e as frações "H", "I" e "J" pelo valor total de venda de €1.335.000,00.

No decurso do exercício de 2021 os meios financeiros foram rentabilizados no sistema financeiro de forma adequada e prudente.



1.2. Análise Económico Financeira

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentam-se como segue:

1.2.1. Evolução dos Rendimentos

	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Alienações	752 409	57 608	694 801	1206%
Rendas	236 231	282 329	-46 098	-16%
Juros Obtidos	10 229	65 523	-55 294	-84%
Correções relativas a períodos anteriores	2 000	239 892	-237 892	-99%
Imputação de Subsídios	40 794	40 794	0	0%
Outros	0	1	-1	-89%
TOTAL	1 041 663	686 147		

1.2.2. Evolução dos Gastos

(valores em euros)

Descrição	2021	2020	Var. %
Fornecimentos e Ser. Externos	124 137	390 387	-68,20%
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	11 353	14 471	-21,55%
Perdas em instrumentos financeiros	42 263	34 139	23,80%
Adicional ao IMI	558	554	0,72%
Correções relativas a exercícios anteriores	231	204 484	-99,89%
Outros	290	338	-14,20%
Donativos	77 700	77 700	0,00%
Total	256 532	722 073	

1.2.3. Resultados

	2021	2020	Variação	
			Valor	%
EBITDA	785 005	-36 097	821 102	-2275%
EBIT	692 709	-136 966	829 675	-606%
Resultado antes de impostos	689 754	-159 427	849 181	-533%
Resultado Líquido	689 754	-159 427	849 181	-533%

1.2.4. Estrutura Financeira.

Rátios Financeiros	2021	2020
AUTONOMIA FINANCEIRA	99,80%	96,20%
NET DEBT/EBITDA	-9,65	230,48

O total dos Fundos Patrimoniais ascenderam a 14.396.975 €.

1.3. Investimentos/Desinvestimentos no Exercício

Não ocorreu qualquer investimento no ano de 2021

Foram efetuadas alienações de imóveis (Edifícios e outras construções) pelo montante de 1.237.608, 63 €.

1.4. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;

- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da atividade da Fundação.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

Assim nos termos legais e estatutários a Administração da Fundação propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido do exercício no montante de 689.754 € (seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e quatro euros) positivos, seja transferido para a conta de resultados transitados.

1.6. Perspetivas futuras

Para 2022, em função da conjuntura da economia nacional e internacional, perspetiva-se dar continuidade ao modelo sustentado de gestão da fundação, quer através da rentabilização dos seus ativos patrimoniais e/ou financeiros, quer através da procura de novas oportunidades de investimento seguro e prudente, não antecipando o Conselho de Administração impactos negativos significativos que possam pôr em causa a continuidade das operações da fundação nos próximos doze meses.



No que diz respeito à sua atividade fundacional e mecenática, foram renovados, para o triénio 2022/2024, os protocolos da FAD com a Universidade do Porto e com a SPECO - Sociedade Portuguesa de Ecologia, bem como rubricado, igualmente para o triénio 2022/2024, um acordo de cooperação com o CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, e mantendo-se para 2022 o apoio ao Centro Português de Geo-História e Pré-História.

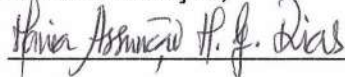
1.7. Encerramento

O Conselho de Administração agradece a confiança depositada às Entidades instituidoras, que constitui importante incentivo para o exercício da atividade que nos está cometida.

A todos os colaboradores e parceiros que contribuíram para o desempenho da Fundação, com o seu profissionalismo e dedicação a Administração expressa o seu agradecimento.

Alfragide, 10 de fevereiro de 2022

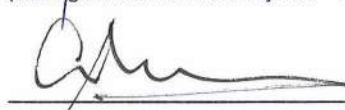
A Administração,



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)

2. Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.4.1	3 851 062	5 000 950
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		3 851 062	5 000 950
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7.4.2	2 504 000	2 715
Estado e outros entes públicos	7.4.3		10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	7.4.4	3 005	2 947
Outros ativos correntes	7.4.5	493 238	535 501
Caixa e depósitos bancários	7.4.6	7 574 964	8 749 085
		10 575 207	9 290 258
Total do ativo		14 426 269	14 291 208
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.4.7	5 000 000	5 000 000
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	7.4.7	6 953 079	7 112 507
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	7.4.7	1 754 142	1 794 936
		13 707 221	13 907 443
Resultado líquido do período	7.4.7	689 754	-159 427
Total do fundo de capital		14 396 975	13 748 016
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar			
		0	0
Passivo corrente			
Fornecedores	7.4.8	1 644	125
Estado e outros entes públicos	7.4.3		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7.4.9		429 607
Diferimentos	7.4.4	15 291	25 307
Outros passivos correntes	7.4.10	12 359	88 153
		29 294	543 192
Total do passivo		29 294	543 192
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 426 269	14 291 208



3. Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	7.4.11	-124 137	-390 387
Gastos com o pessoal	7.4.12		
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	7.4.13	1 041 662	686 147
Outros gastos	7.4.14	-132 520	-331 857
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		785 005	-36 097
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.4.1	-92 296	-100 869
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		692 709	-136 966
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	7.4.15	-2 955	-22 461
Resultados antes de impostos		689 754	-159 427
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
Resultado líquido do período	7.4.7	689 754	-159 427



4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2020 1		5 000 000			178 357		2 039 700	6 934 150	14 152 207	14 152 207
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					6 934 150		-244 764	-6 934 150		
	2				6 934 150		-244 764	-6 934 150	-244 764	-244 764
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								-159 427	-159 427	-159 427
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								-7 093 577	-159 427	-159 427
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2020 6=1+2+3+5	7.4.7	5 000 000			7 112 507		1 794 936	-159 427	13 748 016	13 748 016



DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade-Mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2021	1	5 000 000			7 112 507		1 794 936	-159 427	13 748 016	13 748 016
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos					-159 428		-40 794	159 427		
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-159 428		-40 794	159 427	-40 795	-40 795
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							689 754	689 754	689 754
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							849 181	689 754	689 754
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2021	6=1+2+3+5	5 000 000			6 953 079		1 754 142	689 754	14 396 975	14 396 975



5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 810 000	
Pagamento de subsídios			
Pagamento de apoios			
Pagamento de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-2 624 468	-488 006
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		-814 468	-488 006
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		62 185	6 270 064
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-752 283	5 782 058
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-40 314
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			-40 013
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			150 000
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		10 723	66 010
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		10 723	135 683
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-429 607	-862 240
Juros e gastos similares		-2 955	-22 461
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-432 561	-884 701
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 174 121	5 033 040
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.4.6	8 749 085	3 716 045
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.4.6	7 574 964	8 749 085



6. Identificação da Entidade

6.1. Órgãos Sociais

6.1.1. Conselho Superior

Presidente: João Carlos da Costa Ferreira da Silva

Membro: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Membro: Sérgio Francisco

Membro: Válder Henrique Machado Malaquias

Membro: Pedro Miguel de Medeiros Cabral

Membro: José Agostinho Marinho Gonçalves

Membro: João Eduardo Marinho Gonçalves

6.1.2. Conselho de Administração

Presidente: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Vogal: José Agostinho Marinho Gonçalves

Vogal: João Eduardo Marinho Gonçalves

6.1.3. Comissão Executiva

Presidente: Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias

Vogal: José Agostinho Marinho Gonçalves

Vogal: João Eduardo Marinho Gonçalves



A “Fundação Amadeu Dias” (doravante designada por Fundação) foi instruída por escritura pública de 26 de dezembro de 2002 e reconhecida por Portaria n.º 1333/2004, 2ª série, publicada no Diário da República n.º 299, de 23 de dezembro de 2004, conforme referido na alteração aos Estatutos da Fundação de 13 de fevereiro de 2013, com sede na Avenida da Quinta Grande, n.º 95, Alfragide - 2610-284 Amadora.

A Fundação tem em como o objeto social fins de carácter científico, educativo, cultural e de beneficência ou de solidariedade social.

Foi declarada a Utilidade Pública da Fundação por Despacho n.º 3133/2021 do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República, 2ª série de 21 de março de 2021, válida por 5 anos com efeitos a partir de 18 de maio de 2018.

7. Anexo às Demonstrações Financeiras

7.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras);



- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho (Normas interpretativas 1 e 2).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

Em 2012, a Fundação integrou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo tal como a sua terminologia. Em 2016 foram introduzidas as alterações preconizadas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e, uma vez mais, adotada a nova terminologia e restantes alterações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Fundação e no regime de



acrécimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

7.2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

7.2.1. Bases de Apresentação

7.2.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

7.2.1.2. Regime do Acrécimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” e “*Diferimentos*”.



7.2.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

7.2.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

7.2.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

7.2.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



7.2.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

7.2.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição adotou-se o critério de mensuração pelo método do custo previsto no parágrafo 7.10 do NCRF-ESNL.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas

Ativos Tangíveis	Vida Estimada
Edifícios e Outras Construções	12 a 50
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	4
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 10

7.2.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outros créditos a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável.

As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verifiquem.

Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” inclui os instrumentos financeiros de curto prazo que se encontram valorizados ao justo valor.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

7.2.2.3. Custo de Empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

7.2.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Resultados transitados; e
- Subsídios, doações (de imóveis, etc.) e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

7.2.2.5. Rédito e Outros Rendimentos

Os rendimentos e ganhos relativos a vendas, rendas, imputação e subsídios, juros e outras situações decorrentes da atividade ordinária da Fundação são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;



- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efetiva da operação.

7.2.2.6. Imposto sobre o rendimento do período

Foi requerido pela Fundação em 27 de dezembro de 2013 o reconhecimento do benefício da isenção de IRC para o exercício de 2013 e seguintes, nos termos do disposto no nº2 do artigo 10º do Código do IRC, tendo sido notificada da sua isenção através de despacho de deferimento nº 17816 de 17 de dezembro de 2014.

7.2.2.7. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



7.2.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva.

7.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

7.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



7.4. Outras Informações

7.4.1. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	MOVIMENTOS			SALDO FINAL
		AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. ABATES	
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	5 751 206 €	- €	1 237 609 €	- €	4 513 597 €
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €				- €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	5 699 095 €		1 237 609 €		4 461 486 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	- €				- €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	40 315 €				40 315 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 674 €				1 674 €
-ATIVOS BIOLÓGICOS	- €				- €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	10 123 €				10 123 €
- INVESTIMENTOS EM CURSO	- €				- €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	750 256 €	92 296 €	180 017 €	- €	662 535 €
- TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €				- €
- EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	736 338 €	83 139 €	180 017 €		639 460 €
- EQUIPAMENTO BÁSICO	- €				- €
- EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	8 063 €	8 063 €			16 126 €
- EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 374 €	100 €			1 474 €
-ATIVOS BIOLÓGICOS	- €				- €
- OUTRAS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4 482 €	994 €			5 476 €
					- €
VALOR LIQUIDO	5 000 950 €	- 92 296 €	1 057 591 €	- €	3 851 062 €

No dia 14 de julho de 2021 a Fundação alienou o imóvel urbano artigo 1457 G.

No dia 27 de julho de 2021 a Fundação alienou 3 imóveis urbanos, ambos do artigo 1457, designados por frações H, I e J

Fundação Amadeu Dias

Av. Da Quinta Grande, n.º 95 | 2610-284 Amadora | Tel +351 214 711 761 / 214 711 123

f.amadeudias@mail.telepac.pt

NIF 506 440 079



7.4.2. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Créditos a receber” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2.500.000 €	-
Devedores diversos	4.000 €	2.128 €
Juros a receber	-	587 €
Total	2.504.000 €	2.715 €

7.4.3. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Estado e outros entes públicos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Imposto sobre o Rendimento (Ret. Fonte capitais)	-	10 €
Outros	-	-
Total	-	10 €

7.4.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Outros Custos Diferidos	3.005 €	2.947 €
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Juros a receber	-	587 €
Total	3.005 €	3.534 €
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de Imóveis	15.291 €	25.307 €
Subsídios	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	-
Outros acréscimos de gastos	-	-
Total	15.291 €	25.307 €



7.4.5. Outros ativos correntes

A rubrica de “Outros ativos correntes”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Instrumentos financeiros	493.238 €	535.501 €
Outros	-	-
Total	493.238 €	535.501 €

Esta rubrica contém ativos cuja variação do justo valor é mensurada através de contrapartida de resultados.

7.4.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	1.944.475 €	2.621.319 €
Depósitos a prazo	5.630.488,07 €	6.127.766 €
Outros	-	-
Total	7.574.964 €	8.749.850 €



7.4.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	5.000.000 €	-	-	5.000.000 €
Resultados Transitados	7.112.507 €	-	159.428 €	6.953.079 €
Ajustamentos/Outras variações nos fundos (Doações)	1.794.936€	-	40.749€	1.754.142 €
Resultado Líquido do Período	-159.427 €	714.949 €	-	689.754 €
Total	13.748.016 €	714.949 €	200.221 €	14.396.975 €

7.4.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	1.644 €	125 €
Adiantamentos de fornecedores	-	-
Total	1.644 €	125 €

7.4.9. Financiamentos obtidos

O saldo da rubrica de "Financiamentos obtidos" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Financiamentos	0 €	429.607 €
Total	0 €	429.607 €



7.4.10. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Acréscimos de gastos	12.309 €	86.153 €
Credores diversos	50 €	2.000 €
Total	12.359 €	88.153 €

7.4.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos Especializados	15.577 €	298.161 €
Publicidade e propaganda	-	207 €
Vigilância e segurança	1.337 €	-
Honorários	27.525 €	25.542 €
Comissões	29.213 €	13.530 €
Materiais	14.161 €	10.081 €
Serviços Bancários	665 €	336 €
Deslocações e estadas	33 €	73 €
Eletricidade	16.857 €	15.960 €
Água	2.128 €	2.398 €
Seguros	4.409 €	4.443 €
Combustíveis	1.333 €	1.247 €
Contencioso e notariado	1.532 €	30 €
Limpeza, higiene e conforto	1.187 €	555 €
Gás	458 €	554 €
Comunicação	1.027 €	1.137 €
Outros serviços	2.247 €	3.030 €
Conservação e reparação	4.448 €	13.103 €
Total	124.137 €	390.387 €



7.4.12. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais da Fundação não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos, cumprindo-se deste modo o limite de despesas próprias previsto na Lei-Quadro, no que respeita a despesas com pessoal e administração.

7.4.13. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Alienações	752.409 €	57.608 €
Rendas	236.231 €	282.329 €
Juros obtidos	10.229 €	65.523 €
Correções relativas a períodos anteriores	2.000 €	239.892 €
Imputação de Subsídios	40.794 €	40.794 €
Outros	0,11 €	1 €
Total	1.041.662 €	686.147 €

7.4.14. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	11.353 €	14.471 €
Adicional ao IMI	558 €	554 €
Impostos Indiretos	683 €	171 €
Perdas em instrumentos financeiros	42.263 €	34.139 €
Correções relativas a exercícios anteriores	231 €	204.484 €
Outros não especificados	290 €	338 €
Donativos	77.700€	77.700 €
Total	132.520 €	331.857 €



7.4.15. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “Juros e gastos similares suportados” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros gastos relativos a financiamentos obtidos - Leasing	2.955 €	22.461 €
Total	2.955 €	22.461 €

7.4.16. Acontecimentos após data de Balanço

7.4.16.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 3 de março de 2022.

7.4.16.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data de Balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A administração entende revelar que não dispõe de informação suficiente e quantificável que possa servir de análise ao impacto da pandemia na Fundação face à grande incerteza latente no contexto económico nacional e internacional.

7.4.16.3. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas referentes a 2021 ascendem a 10.200 € acrescidos de IVA à taxa em vigor.

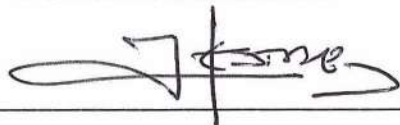
7.5. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Administração informa o que segue:

- a) A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- b) Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da sociedade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- c) Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciam a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras.
- d) Não existiram negócios entre a Administração e a Fundação no decurso do exercício de 2021.
- e) Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- f) A Fundação não tem sucursais.

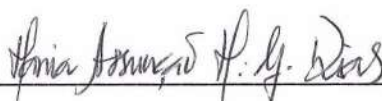
Alfragide, 10 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado:



(José Maria dos Santos Mestre)

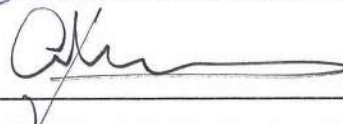
A Administração:



(Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias – Presidente)



(José Agostinho Marinho Gonçalves – Vogal)



(João Eduardo Marinho Gonçalves – Vogal)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Senhores,

- 1 - Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido, o Revisor Oficial de Contas da "Fundação Amadeu dias" (A Entidade), submete à apreciação o seu parecer referente ao Relatório de Gestão, ao Balanço, à Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e respetivo anexo, que constituem os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2021.
- 2 - Acompanhamos a gestão global da "Fundação" e verificamos o adequado suporte, sob a forma de registos específicos, das Demonstrações Financeiras, tendo emitido a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo, a qual deve ser considerada como parte integrante deste relatório.
- 3 - No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e o respetivo Anexo, foram preparados de acordo com as disposições legais;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da atividade da "Fundação", evidenciando os aspetos mais significativos.
- 4 - Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que sejam aprovados:
 - a) O Relatório de Gestão;
 - b) As Demonstrações Financeiras;
 - c) A proposta de aplicação dos resultados.

Porto, 9 de março de 2022

Anjos & Associados – SROC, Lda

Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130



[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**Fundação Amadeu Dias**” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 14.426.269 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.396.975 euros, incluindo um resultado líquido de 689.754 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reserva

1. Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 3.851.062 euros, a Entidade não dispõe de avaliação efetuada por peritos credenciados atualizada, que permita aferir sobre o justo valor na data de relato e eventuais perdas por imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

1. A apresentação das demonstrações financeiras do ano de relato e comparativo (ano 2020) foi efetuada conforme a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA



detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para



Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 9 de março de 2022

Anjos & Associados – SROC, Lda

Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos

ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130

ACTA NÚMERO CINQUENTA E CINCO

Folha 41

---Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se o Conselho de Administração da FUNDAÇÃO AMADEU DIAS, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa colectiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Administradores, Maria da Assunção Dias, João Eduardo Marinho Gonçalves e José Agostinho Marinho Gonçalves, tendo sido presidida pela Presidente Senhora D. Maria da Assunção Dias, com os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos: -----

---Ponto Único – Deliberar sobre a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas da Fundação, e inerente proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e um, a submeter à aprovação do Conselho Superior. -----

--- Entrando-se no Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi presente à reunião o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e um, documentos estes que são do inteiro conhecimento dos Administradores presentes. Após a necessária troca de impressões, o Conselho de Administração deliberou aprovar, por unanimidade, tais documentos, bem como a proposta de aplicação de resultados neles incluída, para sujeição a aprovação na próxima reunião do Conselho Superior. -----

---E nada mais havendo a deliberar foi pelo Presidente do Conselho de Administração, dada esta reunião por encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida e explicada aos presentes, foi pelos mesmos aprovada, e por eles vai ser assinada em sinal de conformidade. -----

Maria da Assunção Marinho Gonçalves Dias
José Agostinho Marinho Gonçalves
João Eduardo Marinho Gonçalves

ACTA NÚMERO TRINTA E OITO

----- Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, reuniu-se o Conselho Superior da **FUNDAÇÃO AMADEU DIAS**, com sede na Avenida da Quinta Grande, número noventa e cinco, em Alfragide, Amadora, pessoa coletiva número cinco, zero, seis, quatro, quatro, zero, zero, sete, nove, estando presentes os Membros que abaixo vão assinar, tendo sido presidido pelo Presidente Senhor Dr. João Carlos da Costa Ferreira da Silva, com o seguinte ponto único da Ordem de Trabalhos: -----

---ÚNICO - Apreciação dos documentos de prestação de contas da Fundação Amadeu Dias para o exercício findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

---Entrando-se no Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi presente ao Conselho Superior pela Senhora D. Maria da Assunção Dias, Presidente do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão e as Contas, anteriormente aprovados pelo Conselho de Administração, acompanhado do respetivo parecer e relatório anual de fiscalização, emitidos pelo Fiscal Único, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro de dois mil e vinte e um, e que apresentam um resultado líquido positivo de € 689.754 (seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e quatro euros), a transferir para a conta de resultados transitados. Após análise em detalhe aos documentos presentes, bem como à atividade desenvolvida pela Fundação no ano em causa, e posto à votação, o Conselho aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão e as Contas de dois mil e vinte e um, e a respetiva proposta de aplicação dos resultados. -----

--- E nada mais havendo a deliberar foi pelo Presidente do Conselho Superior dada esta reunião por encerrada e lavrada a presente acta que depois de lida foi pelos mesmos aprovada, e por eles vai ser assinada em sinal de conformidade. -----

Assinaturas:
Maria da Assunção António Gonçalves Dias
José António Lopes
José Manuel Machado
José Frederico
Rui António da Silva